

## **O Estado de Minas Gerais e a Pobreza (1898-1920): políticas sociais de assistência**

**VIRNA LIGIA FERNANDES BRAGA\***

O objetivo desta comunicação é apresentar o andamento da pesquisa de doutoramento, que analisa as propostas de assistência à pobreza, de âmbito público e privado em Minas Gerais. O recorte temporal vai desde o pós-abolição até a criação da Lei nº. 4682 de 1923 - Lei Elói Chaves, que instituiu as caixas de aposentadorias e pensões para algumas categorias sociais e também do Decreto 16.027, do mesmo ano, que criou o Conselho Nacional do Trabalho. De forma mais específica, o estudo trata das alternativas encontradas pela sociedade civil e pelo Estado para enfrentarem os problemas advindos da chamada “questão social” em Minas Gerais, com ênfase nas políticas sociais do governo e na participação organizada da sociedade através das casas de caridade, asilos, orfanatos e associações filantrópicas.

As fontes utilizadas são os Relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais (disponíveis online através do link [http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas\\_gerais](http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais)) e, principalmente, o fundo documental da Secretaria do Interior de Minas Gerais, que se encontra no Arquivo Público Mineiro – APM em Belo Horizonte. Os relatórios, que datam de 1830 a 1930, já foram coletados e analisados, o que resultou no mapeamento das iniciativas do governo mineiro para a assistência aos pobres durante o processo de transição do Império para a República e na escrita inicial da tese.

Os capítulos em desenvolvimento são “A Questão Social em Minas Gerais: do Império à República” e “O Estado de Minas Gerais e a Pobreza”. O capítulo sobre a questão social em Minas analisa o surgimento da pobreza enquanto problema social no Brasil e seus impactos no estado. Para isso, as fontes utilizadas são os Relatórios dos Presidentes de Província e os documentos da Secretaria do Interior, principalmente correspondências, registros de socorros, pedidos de verbas e subvenções, relatórios com prestação de contas, relatórios de fiscalização dos estabelecimentos de caridade. Já o capítulo intitulado “O Estado de Minas Gerais e a Pobreza” se volta para a visão do estado de Minas Gerais sobre o pauperismo e suas mazelas sociais, por meio da análise do discurso

---

\* Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Doutoranda: Virna Ligia Fernandes Braga. Orientador: Profa. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi. A participação e apresentação desta comunicação no XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – “Conhecimento histórico e diálogo social” foi parcialmente financiada pela Fapemig – Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais.

dos governadores do estado e dos documentos produzidos pela Secretaria do Interior através do departamento de Saúde e Assistência Pública, como ofícios, circulares e termos de visita.

No fundo documental da Secretaria do Interior, série 10 “Saúde e Assistência Pública”, foram selecionadas fontes que cobrem o período que vai de 1898 a 1923, trabalhadas na escrita do primeiro e segundo capítulos “A Questão Social em Minas Gerais: do Império à República” e “O Estado de Minas Gerais e a Pobreza”. São requisições referentes a pagamentos de hospitais, hospícios, casa de caridade, recibos e notas de vendas. Os “pagamentos” se referem às subvenções concedidas pelo governo de Minas Gerais através da Secretaria do Interior às associações beneficentes. Este volume de fontes apresenta um número considerável de pedidos de auxílio das associações de caridade, religiosas e laicas, ao governo mineiro.

Como era obrigatória a entrega de um relatório detalhado sobre o funcionamento de cada associação, hospital, orfanato, asilo, etc., existem relatórios de diversas “Casas de Caridade”, como a das cidades de Formiga, Turvo, São João Del Rei, Pitangui, Araçuaí, Leopoldina, Passos, Caldas, Sabará, Serro, Diamantina, Bonfim, Pará, Sete Lagoas, Mar de Espanha, Ponte Nova, dentre muitas outras. Na maioria das santas casas funcionavam asilos, orfanatos, hospitais, que pedem auxílio financeiro (subvenção) mediante apresentação do número de enfermos, asilados, órfãos, com tabela explicativa das receitas e despesas anuais.

Nos ofícios enviados pela Secretaria do Interior aos provedores destas associações de caridade, indeferindo ou não as subvenções, constam também os pareceres dados pelos promotores de justiça. O relatório de 1898 da Santa Casa de São João Del Rei, por exemplo, que na época abrigava também um orfanato, não foi suficiente para cobrir todas as exigências estabelecidas pela legislação mineira, o que se depreende da resposta do secretário do Interior foi a seguinte:

*Penso que a exposição que acompanha este requerimento não satisfaz a lei, visto que esta exige o relatório do ano anterior e a exposição se refere ao período de 1896 a 1897. Quanto ao auxílio relativo ao recolhimento de órfãos, cabe à 3ª seção informar. 14/02/1898. M. Alvim. (...) A 3ª seção negou o pedido, devido à falta de informações sobre os órfãos recebidos nos relatórios. (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – APM. Fundo: Secretaria do Interior, SI – 1598)*

Para o ano de 1903 os documentos tratam da manutenção de indigentes doentes e despesas com enfermos pobres dos hospícios. Neste ano, a Secretaria de Saúde e Assistência Pública ordenou o pagamento dos pedidos de subvenção da Sociedade de Caridade de “Mar

de Espanha Estado de Minas Geraes”, do Hospital Casa de Caridade de Cataguases, da Casa de Caridade Leopoldinense, da Casa de Caridade da Cidade do Bonfim, e das Santas Casas de Misericórdia de Pitanguy, do Pará, de Mariana, de Ouro Preto, do Serro, de Uberaba, de Sete Lagoas, de Caldas, de Formiga, de Rio Preto, de Itajubá, de Oliveira, de Musambinho, de Diamantina, de Dolores do Indayá, de Minas Novas, de Araçuaí, de Lavras, de Montes Claros, de Santa Luzia do Rio dos Tédios, de Itapeçerica, de Dolores da Boa Esperança, de Itabira, de Montes Claros, de Sabará, de Campanha e de São João Del Rei.

Tais fontes permitem traçar o perfil da assistência pública em Minas Gerais não só pelo mapeamento das casas de caridade e dos tipos de socorros prestados, mas ainda possibilitam a percepção do alcance das políticas sociais e de manutenção financeira às associações beneficentes subsidiadas pelo governo mineiro. Em outubro de 1903, o Provedor da Casa de Caridade de Sabará pediu o pagamento de 450:000 réis para o Hospital de Lázarus, os pensionistas “em boa situação” pagavam 100:000 réis por quinzena. Em ofício enviado pela Secretaria do Interior, o governo afirmou que poderia mandar somente a quantia de 45:000 réis por quinzena, “que é o mínimo estabelecido por lei para doentes não abastados.” (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – APM. Fundo: Secretaria do Interior, SI-1631)

Os pedidos de auxílio e a assistência pública abarcavam uma gama de situações criadas pelo pauperismo e que deixavam muitos indivíduos vulneráveis. No distrito de São Mathias, pertencente à cidade Guarany, o numero de indigentes aumentou devido à febre, o que levou à criação de uma lista para auxiliar os pobres, que receberam alimentos como arroz, feijão, leite, açúcar, toucinho, fubá e sabão. A assistência, tanto publica quanto privada, ia desde cuidados médicos aos despossuídos até a doação de alimentos e hospedagem em casas de caridade.

É importante ressaltar que o deferimento da subvenção pela Secretaria de Saúde e Assistência Pública estava condicionado aos relatórios das casas de caridade. Desta forma, para cada uma das cidades acima existem informações detalhadas sobre quem eram os assistidos: sua cor, nacionalidade, idade, estado civil. Além disso, quadros de asilados, órfãos, enfermos indigentes; tabela de entradas e saídas, nomes dos provedores de cada

estabelecimento de caridade e dos filantropos que ajudavam a sustentar muitas das associações de auxílio aos pobres do período.

Sobre o papel da filantropia, que é abordado no capítulo “*Filantropia e Caridade: a sociedade e o enfrentamento da pobreza*”, o pedido de subvenção da Santa Casa de Caridade de Campanha é bastante esclarecedor. Seu provedor escreve no pedido de subvenção que “o estabelecimento (...) foi construído e tem sido sempre mantido desde sua inauguração em 8 de junho de 1851 graças a magnificência e caridade que caracteriza aos brasileiros”. Destaca a crise econômica brasileira para expor as dificuldades de manutenção da santa casa:

*(...) sendo mais que nunca necessário que as almas generosas venham em socorro da pobreza desvalida enferma (...). Pelo Capitão Balbino Antônio Silvério, inventariante dos bens deixados pelo finado irmão José Maria Tenebra foi entregue a quantia de um conto de réis para a compra de uma apólice inalienável da Dívida Pública conforme o desejo daquele finado. Tendo sido legado em testamento feito pela enferma Marianna Umbelina Cosme, casada com Luiz Cosme e residente em Santa Rita do Sapucahy, a terça parte de seus bens a Santa Casa (...). (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – APM. Fundo: Secretaria do Interior, SI-1631. Manutenção de indigentes doentes e despesas com enfermos dos hospícios para o ano de 1903)*

Para 1907, 1908 e 1909 as fontes são correspondências referentes a asilos, santas casas e orfanatos, ofícios e circulares do Secretário do Interior referentes à administração de casas de caridade, relatórios das associações beneficentes, listas de doentes, requisições e pedidos de auxílio em geral. A prática da fiscalização pelos promotores das comarcas se institucionalizou a partir da circular do ano de 1907, através da qual a Secretaria do Interior demandava a fiscalização por parte do Ministério Público. A circular da Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais, de 05 de julho de 1907, revela a iniciativa do governo mineiro em organizar os serviços de assistência prestados pelo poder público e de fiscalizar aqueles prestados pela sociedade através de suas organizações de caridade:

*Circular*

*Belo Horizonte, 05 de julho de 1907.*

*Sr. Promotor de Justiça da Comarca de .....*

*Querendo conhecer a organização e a vida das inúmeras associações de caridade existentes no Estado, as quais estão sob vossa imediata fiscalização; ex-vi do disposto no artigo 226 n° 10 da lei 375 de 1903, que as equipara aos menores e interditos, para o efeito de serem defendidas pelos representantes do Ministério Público, rogo-vos informeis a esta Secretaria, em relatório minucioso:*

- a) A organização das associações de caridade existentes em vossa circunscrição;*
- b) Os nomes de seus atuais administradores,*
- c) O patrimônio de que dispõem e sua espécie,*

*A este relatório juntareis cópia impressa ou manuscrita, mas autêntica:*

- a) *Do último relatório;*
- b) *Das contas prestadas pela administração, em juízo ou fora dele, com relação ao ano findo.*

*Outrossim, sendo algumas dessas associações subvencionadas pelo Estado, determino as fiscalizeis com a máxima regularidade, visitando mensalmente seus hospitais e casas pias.*

*De tudo que observardes nessas visitas, a que ligo grande importância, fareis lavrar um termo em livro próprio que vos será fornecido pela associação subvencionada.*

*Neste termo mencionareis com clareza:*

*1º os doentes ou assistidos, com menção do nome de cada um, idade presumível, nacionalidade, estado e cor;*

*2º as moléstias;*

*3º o tratamento;*

*4º a dieta;*

*5º se no estabelecimento, hospital ou casa pia, são observadas as regras de higiene hospitalar.*

*O Governo tem em vista, é evidente, zelar, como lhe cumpre, o patrimônio dos pobres, evitando seja defraudado ou sequer desviado do seu destino.*

*Pedindo todo o vosso concurso para esta tarefa humanitária, que vos confiou o regulamento do Ministério Público, espero que vos desempenheis com a convicção de quem sabe cumprir um alto dever.*

*Saudações.*

*O Secretário do Interior,*

*Manoel de Carvalho Britto (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – APM. Fundo: Secretaria do Interior, SI – 1682. Circular Secretaria do Interior de Minas Gerais)*

A circular reitera a preocupação do governo em mapear, organizar e fiscalizar a assistência em Minas, seja para controlar a distribuição de verbas, seja para evitar que associações fraudulentas usurpassem dinheiro público e privado. Diante da pauperização crescente, o papel da assistência pública ampliou-se e tomou uma fatia maior do espaço antes ocupado somente pelas associações de caridade. A filantropia e a caridade “desorganizada” cedem lugar a um processo paulatino de institucionalização dos socorros públicos, que pode ser conferido desde meados do século XIX aos anos iniciais do século XX.

As orientações da circular geraram documentos com informações valiosas para o estudo da assistência, são cerca de 200 questionários completos, emitidos pelas casas de caridade em resposta ao pedido do secretário. No “Termo de Visita da Santa Casa de Piumhy”, de 02 de outubro de 1907, o promotor menciona a circular e traz de forma minuciosa o registro dos doentes assistidos pelo hospital:

*(...) No desempenho, pois, da obrigação imposta pela circular de 5 de julho dirigida aos representantes do Ministério Público nas diversas comarcas, circular assinada pelo Ilmo. Exmo. Sr. Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto, secretário do Interior do Estado de Minas, incumbindo-os da fiscalização das inúmeras associações de caridade existentes no mesmo estado (...). (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – APM. Fundo: Secretaria do Interior, SI – 1681)*

**Registro de Doentes Santa Casa de Piumhy**

Nome	Cor	Idade	Situação	Entrada	Alta
Maria Florência	Preta	10 anos	Contusões na face, comoção cerebral	29 de março	31 de março, em boas condições
Maria Deolinda	Branca	2 anos	Contusões na face e no corpo	29 de março	30 de março, a pedido, em boas condições
Thomazia Deolinda	Parda	37 anos	Contusões	29 de março	30 de março, em boas condições
Maria Magdalena de Araujo	Parda	13 anos	Contusões no tórax e face	29 de março	31 de março, curada
Euclides	Pardo	6 anos	Comoção cerebral	29 de março	31 de março, curado
Margarida Cabrita	Preta	55 anos	Contusões	29 de março	04 de abril, curada
Marinha	Preta	4 anos	Contusões no corpo	29 de março	01 de abril
Maria	Preta	3 meses	Contusões	29 de março	31 de março, curada
Maria Justina	Preta	40 anos	Contusões no corpo	29 de março	31 de março
Francisca Vieira	Preta	22 anos	Delírio Traumático	29 de março	02 de abril, curada
Justina Maria de Jesus	Parda	56 anos	Contusões	29 de março	09 de abril, curada
Delfino Caldeira	Pardo	80 anos	Velhice	10 de abril	25 de abril, falecido
Anna Joaquina (Thomé)	Branca	50 anos	Hemorragia Cerebral	06 de abril	30 de maio, a pedido
Joaquim Bento (Passarinho)	Preta	35 anos	Insuficiência mitral	19 de abril	29 de abril, falecido
Carolina Joaquina de Jesus	Parda	30 anos	Febre tifoide	25 de abril	20 de maio
José Antonio Calixto	Parda	37 anos	Sarna e úlceras na perna	28 de abril	17 de maio, curado
José Francisco de Oliveira	Parda	80 anos	Mal de Brighth	19 de maio	04 de julho, falecido
Leonardo José D'Oliveira	Preta	35 anos	Fratura exposta da tíbia esquerda	25 de maio	05 de agosto, curado
José Soares de Sá	Branca	14 anos	Asma	25 de maio	Reside no hospital como ajudante

Quadro de doentes, outubro de 1907. SI-1681. APM.

O quadro de doentes é, de certo modo, um retrato social do período: o número de pretos e pardos listados nos relatórios seja de hospitais ou orfanatos ou asilos, é bem maior do

que o de brancos. A abolição e a ausência de políticas sociais para os negros recém-libertos geraram consequências diretas na constituição da “questão social” brasileira, tornando o campo da assistência pública e privada crucial para a sociedade. Na Santa Casa de Caldas, também no termo de visita de 1907, consta a existência de 40 doentes pobres, destes 23 eram pardos, 08 Pretos, 05 brancos e 04 sem menção.

O interesse do governo mineiro em conhecer o número correto de associações beneficentes não estava fundamentado apenas no simples desejo de auxiliar pobres, inválidos ou indigentes. Aos poucos, as despesas com socorros públicos começaram a ultrapassar o que estava previsto no orçamento, alcançando valores maiores a cada ano. Um bom exemplo disso é que em 1863 o estado de Minas Gerais subvencionou 14 casas de caridade, número que subiu para 66 na primeira década do século XX, sem contar asilos, orfanatos, hospitais:

*A assistência prestada pelo Estado aos enfermos e inválidos tem sido exercida por intermédio de hospitais, casas de caridade e asilos, que recebem para esse fim as respectivas verbas consignadas em lei. Subvenciona o Estado até agora 66 casas de caridade e mais 10 asilos de órfãos, hospitais e recolhimentos. No decênio de 1901 a 1910 o Estado despende, em auxílios, com as casas de caridade, a soma de 1.130:000\$000 e 307:000\$000 com os demais estabelecimentos ou o total de 1.497:000\$000. (Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, MENSAGEM de 1911, p.10-11)*

Na mensagem do ano de 1913 o termo “Assistência Pública” já designava uma área importante de atuação do estado, destacando-se o desenvolvimento da assistência de forma ampla, o que podia ser verificado por meio dos dados existentes na Secretaria do Interior. Organizada de todas as formas, o relator afirma que a assistência atestava “o desenvolvimento moral e da sentimentalidade afetiva do povo mineiro” e que era de extremo interesse do governo melhorar tal serviço. Obras de ampliação estavam sendo realizadas no Asilo Central e na Colônia de Alienados de Belo Horizonte “de sorte a tonar mais confortáveis as acomodações e aumentar a capacidade dos pavilhões”. No Asilo Central o governo tinha intenção de construir oficinas para trabalhos manuais, “já tendo sido instalada uma destinada a aproveitar, no preparo de costuras, o serviço das mulheres asiladas”. (Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, MENSAGEM de 1913)

As verbas, e sua insuficiência, sempre estiveram presentes tanto nos relatórios provinciais quanto nos pedidos de subvenção das associações de caridade. Havia subvenções separadas para assistência a alienados, órfãos, casas de caridade, etc. A lei orçamentária nº

570, de 19 de setembro de 1911, consignou para auxílio às casas de caridade do Estado a importância de 196:000\$000 (29:000\$000 a mais do que em 1911). Em 1912, o número de estabelecimentos de caridade já somavam 84, recebendo todos o auxílio de 2:000\$000 com exceção da Santa Casa de Belo Horizonte, que era contemplada com 24:000\$000.

Apenas 23 destas instituições de caridade não receberam o auxílio do exercício de 1912, pois não entregaram sua prestação de contas. Além dos diversos asilos e casas de recolhimento de órfãos subvencionados pelo Estado, outras associações também recebiam ajuda do governo: a Assistência à Pobreza, da então capital Belo Horizonte; Colégio Maria Auxiliadora, de Ponte Nova; Associação Amante da Instrução e Trabalho e Escola Livre de Música, também da capital. Todos esses auxílios atingiam um montante de 64:200\$000, que somados aos concedidos às casas de caridade, na importância de 196:000\$000, davam um total de 260:000\$000. Durante o exercício de 1912 as despesas feitas por conta da verba “Socorros Públicos” atingiram 422:041\$070, excedendo as referentes ao ano de 1911 em 81:783\$805.

A lei nº 542, de 27 de setembro de 1911, autorizou a criação nas imediações de Belo Horizonte, de um Instituto de Inválidos, sob a denominação de “Asylo Afonso Penna”. Para isso, o governo comprou da Santa Casa de Belo Horizonte um prédio construído pela mesma, no valor de 58:388\$430. Em 12 de junho de 1912 foi lavrado entre o Estado de Minas Gerais e a Santa Casa de Belo Horizonte um contrato para o serviço de Assistência Pública, no qual o estado contribuiria mensalmente com a quantia de 500\$000. A verba para “Socorros Públicos” do exercício de 1912 foi de 27:000\$000, com a abertura de um crédito suplementar de 395:641\$010, em 12 de abril do mesmo ano.

Em 1914, a subvenção do governo era dada a 91 casas de caridade e 48 instituições piás diversas. No orçamento de 1914 foi consignada a verba de 546:000\$000, para auxílio as casas de caridade existentes no Estado, bem como para os asilos e para a construção e reconstrução dos prédios dessas instituições. O número de casas de caridade subiu para 92, subvencionadas com 2:000\$000, com exceção da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, que recebeu 30:000\$000. Vários decretos abriam créditos extraordinários para cobrir as crescentes despesas dos estabelecimentos de assistência. (Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, MENSAGEM de 1914)

No decênio 1907-1916, despendeu o Estado a importância total de 3.190:233\$764 com socorros públicos, como se vê no quadro seguinte:

Exercícios	Verbas Orçamentárias	Despendido	Créditos Suplementares
1907	40:000\$000	31:953\$460	
1908	40:000\$000	267:653\$510	227:653\$810
1909	40:000\$000	158:230\$958	116:230\$956
1910	40:000\$000	353:436\$115	386:436\$411
1911	50:000\$000	340:857\$215	306:857\$215
1912	34:000\$000	423:641\$010	395:641\$010
1913	27:000\$000	470:401\$863	443:401\$863
1914	27:000\$000	412:976\$002	385:976\$002
1915	300:000\$000	356:552\$611	56:552\$611
1916	300:000\$000	374:531\$722	74:531\$722
TOTAL	-	190:233\$764	2.342:281\$000

Fonte: MENSAGEM de 1917, p.50.

Para o exercício de 1916, o estado de Minas Gerais distribuiu auxílios e subvenções da seguinte forma:

Casas de caridade	Subvenção	Total
104 casas de caridade	1:500\$000	156:000\$000
30 asilos e casas de recolhimento de órfãos	1:500\$000	45:000\$000
6 asilos	1 recebeu 3:000\$000 3 receberam 2:000\$000 2 receberam 500\$	10:000\$000
Santa Casa de Belo Horizonte	36:000\$000	36:000\$000
Asilo Afonso Penna de Belo Horizonte	10:000\$000	10:000\$000
Instituto Pasteur de Juiz de Fora	5:000\$000	5:000\$000
Liga Mineira contra a Tuberculose de Juiz de Fora	3:000\$000	3:000\$000
Hospital de Lázaros de Sabará	4:000\$000	4:000\$000
2 Liceus de Artes e Ofícios	3:000\$000	3:000\$000
Instituto Histórico de Minas Gerais	1:000\$000	1:000\$000

Fonte: MENSAGEM de 1917, p.50.

Percebe-se que as verbas destinadas à assistência pública cresceram bastante desde 1860, anos finais do Império. A abolição da escravidão no Brasil e a proclamação da República desencadearam um processo de transição política, econômica e social que, de certo modo, contribuíram para transformar um Estado ausente em um Estado que, gradativamente, foi assumindo a responsabilidade sobre a assistência social como um todo.

As correspondências recebidas e expedidas pelo Secretário do Interior, os relatórios das associações beneficentes e santas casas, bem como os termos de visita dos promotores, entre os anos de 1898 e 1923, subsidiam o desenvolvimento da tese. Estas fontes permitem analisar a composição social do período, herdeira de uma tradição escravista responsável pela reprodução da pobreza e marginalização de milhares de indivíduos.

É desta forma que o processo de institucionalização da assistência aos pobres e desvalidos se constrói, a partir da necessidade de socorrer aqueles que, no decorrer do desenvolvimento capitalista do Brasil, foram deixados à margem da vida social e produtiva do país. Um exemplo destas considerações está no quadro de doentes pobres do termo de visita da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, assinado pelo promotor Theóphilo Pereira em 9 de fevereiro de 1915:

	Nome	Idade	Cor	Sexo	Profissão	Estado Civil	Naturalidade	Residência
01	João José de Souza	65	Parda	Masc.	Lavrador	Casado	Brasileira	Belo Horizonte
02	João Darcy	42	Preta	Masc.	Negociante	Casado	Brasileira	Belo Horizonte
03	João Pereira	20	Parda	Masc.	Hortelão	Viúvo	Alemão	Juiz de Fora
04	Raymunda	12	Branca	Fem.	Cozinheira	Casada	Brasileira	Belo Horizonte
05	Fernando Xavier	37	Parda	Masc.	Cozinheiro	Solteiro	Brasileira	Belo Horizonte
06	Maria Cesarina	45	Branca	Fem.	Cozinheira	Casada	Brasileira	Belo Horizonte
07	Basilio Rodrigues	70	Parda	Masc.	Domestica	Viúvo	Brasileira	Belo Horizonte
08	Ambrizio Marques	82	Preta	Masc.	Lavrador	Solteiro	Brasileira	Belo Horizonte
09	Rita Pereira	85	Preta	Fem.	Lavadeira	Casada	Brasileira	Belo Horizonte
10	Leopoldina Francisca Faria	60	Parda	Fem.	Lavrador	Viúva	Espanhola	Belo Horizonte
11	José Pereira	14	Preta	Masc.	Lavrador	Viúvo	Brasileira	Belo Horizonte
12	Anna Noronha	70	Parda	Fem.	Domestica	Casada	Brasileira	Belo Horizonte
13	Carolina Julia de Lima	70	Parda	Fem.	Lavrador	Viúva	Brasileira	Belo Horizonte
14	Baldina Leopoldo	35	Preta	Fem.	Cocheira	Solteira	Brasileira	Belo Horizonte
15	Francisca de Paula	60	Parda	Fem.	Domestica	Viúva	Brasileira	Belo Horizonte
16	Dorselina Raymunda	71	Parda	Fem.	Lavrador	Casada	Brasileira	Belo Horizonte
17	Eva Maria de Oliveira	84	Preta	Fem.	Lavrador	Solteira	Brasileira	Belo Horizonte
18	Bemvinda do Nascimento	34	Parda	Fem.	Lavrador	Viúva	Brasileira	Belo Horizonte
19	Manoel Ignacio	115	Parda	Masc.	Domestica	Viúvo	Brasileira	Belo Horizonte

20	Severiano Alves dos Santos	78	Preta	Masc.	Negociante	Casado	Brasileira	Belo Horizonte
21	Ana Francisca de Jesus	89	Preta	Fem.	Pedreiro	Casada	Brasileira	Belo Horizonte
22	Maria Theophila	72	Preta	Fem.	Operária	Solteira	Espanhola	Belo Horizonte
23	Ana das Neves	42	Parda	Fem.	Doméstica	Solteira	Brasileira	Belo Horizonte
24	Antonio dos Santos	11	Preta	Masc.	Lavrador	Viúvo	Brasileira	Belo Horizonte
25	Francisco de Paula Riba	35	Branca	Masc.	Lavrador	Casado	Brasileira	Belo Horizonte
26	Luiz de Rocha	68	Parda	Masc.	Lavrador	Viúvo	Brasileira	Pedro Leopoldo
27	Martim Alexandre da Rocha	98	Preta	Masc.	Lavrador	Solteiro	Brasileira	Belo Horizonte
28	N.N.	20	Parda	Fem.	Lavadeira	Solteiro	Brasileira	Contagem
29	Domiciano Albano da Cruz	70	Preta	Masc.	Doméstica	Viúvo	Brasileira	Belo Horizonte
30	Maria Paulina	45	Parda	Fem.	Doméstica	Viúvo	Brasileira	Belo Horizonte

Quadro de doentes pobres da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, Termo de Visita, 1915.

Devido ao número de páginas exigido neste relatório, não foi possível colocar o quadro acima em sua totalidade, mas havia na Santa Casa de BH 190 doentes pobres em 1915. Como se observa, eram majoritariamente negros e pardos, com profissões servis e desvalorizadas socialmente: serviços domésticos, lavradores, lavadeiras e cozinheiros. Os 160 doentes pobres restantes da lista seguem esta mesma caracterização social e econômica, fator importante para se traçar um perfil dos desvalidos da época.

Portanto, se no Império, a ajuda aos pobres era centralizada na figura do Imperador como doador pessoal e como protetor de várias instituições beneficentes, com o fim da monarquia e com a abolição, a “questão social” no Brasil assume centralidade e conquista lugar na pauta governamental. Ampliam-se a fiscalização e o controle das verbas destinadas aos socorros dos pobres, a assistência é institucionalizada, pensada e planejada pelo governo.

O regime republicano brasileiro atuou, inicialmente, como fiscalizador e árbitro das iniciativas assistenciais. Percebendo as dificuldades da sociedade em assumir tal ônus, sobretudo após a fragilização da Igreja derivada da laicização de 1891, o Estado assumiu algumas responsabilidades, o que se deu através de subvenções e isenções de impostos. Aos poucos, o advento dos conflitos decorridos da agudização da “questão social” levou a uma mudança de rumos: a consciência de que este dever caberia ao Estado majoritariamente, uma vez que as iniciativas eram insuficientes.

Mas tais mudanças não aconteceram de um momento para outro. Se na Europa elas levaram séculos para acontecer, no Brasil foi preciso que a generalização da pobreza ultrapassasse o âmbito da filantropia e caridade, laica e católica, para se tornar um problema social capaz de mobilizar os recursos do poder público. A “questão social” não se tratava mais

de uma questão de caridade, era necessário reformular as estruturas de assistência diante do desenvolvimento de novas relações de trabalho nos centros urbanos. O surgimento de manifestações operárias na década de 1920 também anunciava uma mudança no perfil dos trabalhadores, que buscavam institucionalizar seus direitos.

#### BIBLIOGRAFIA:

CUNNINGMAM, Hugh and INNES, Joanna.(eds.) *Charity, Philanthropy and reform*. From 1690 to 1850. London: Macmillan Press, 1998.

GIBAUD, B. *De la mutualité à la Sécurité Sociale*. Conflits et convergences. Paris, Editions Ouvrières, 1986.

GOULDNER, Alvin W. *The norm of reciprocity: a preliminary statement*. American Sociological Review, 25:161, april, 1960.

HATZFELD, Henri. *Du paupérisme a la sécurité sociale: essai sur lês origines de la sécurité sociale em France, 1850-1940*. Paris: Colin, 1971

KIDD, Alan. *State, Society and the Poor in XIX Century England*. London: Macmillan Press. 1999.

KIDD, Alan. The Invention of Poverty. *Labour History Review*, (56), 1991, pp. 39-43

PROCHASKA, Frank. *The voluntary impulse: philanthropy in modern Britain*. London: Faberf and Faber, 1988.

SCHNEEWIND, J.B. (org) *Giving: Western Ideas of Philanthropy*. Indiana: Indiana Unisity Press, 1996.